

Sarney formaliza fim da moratória preocupado com inflação de 24%

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney abre hoje, às 9 horas, a reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN), que formalizará o fim da moratória, com mais uma advertência aos seus Ministros: é preciso atacar o desequilíbrio do setor público, o principal responsável pela inflação. Depois de uma análise comparativa da economia do País na época da moratória e as condições de hoje, Sarney concluirá que todos os indicadores econômicos são positivos, menos a inflação — que, pela estimativa do Governo ficará, este mês, entre 23,5% e 24%.

O Presidente vai lembrar que em fevereiro de 1987 a balança comercial apresentava um péssimo desempenho. A reserva cambial era de US\$ 3,8 bilhões e insuficiente para o pagamento dos encargos da dívida por mais de um mês. Hoje, perante o mesmo Conselho de Ministros que decretou a suspensão do pagamento da dívida, Sarney afirmará que o Brasil encerrará o ano com um superávit de US\$ 17 bilhões e que as reservas dão tranquilidade. Com números sobre o crescimento industrial e taxas de desemprego, Sarney traçará um perfil positivo da economia, só abalado pela inflação.

O Ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e o Porta Voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique, descartaram a possibilidade de o Presidente anunciar novas medidas de controle do déficit público.



Mailson falará sobre acordo no CSN

Sarney reforçará, contudo, a necessidade de manter uma política austera nos gastos públicos.

Depois do discurso de Sarney, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, apresentará um relatório de todo o processo de renegociação da dívida junto aos organismos internacionais e bancos credores, apresentando boas perspectivas de financiamentos. Sem fazer referência à inflação, Mailson enfatizará a necessidade de o País buscar novos cami-

nhos para a redução do estoque de sua dívida externa e para a captação de recursos no exterior que financiem o desenvolvimento brasileiro — com destaque para o lançamento de bônus no mercado internacional, por iniciativa, inclusive, de grandes empresas brasileiras, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce.

A redução do estoque da dívida externa será apresentada aos membros do Conselho de Segurança como condição básica para que o País consiga reduzir o serviço do endividamento externo, que implica, hoje, a caracterização do Brasil como exportador de capitais. Tanto o objetivo de reduzir o estoque da dívida como o de captar novos recursos externos compõem o que Mailson da Nóbrega chama de quarta fase do processo de negociação da dívida externa brasileira.

Na reunião do Conselho de Segurança, ele lembrará as três fases anteriores, que integram a estratégia definida pelo governo Sarney no tratamento da dívida externa a partir de sua ascenção ao Ministério da Fazenda: retomada dos contatos com os bancos credores privados, atingidos diretamente pela suspensão dos pagamentos dos juros pelo Governo brasileiro; negociação de um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI); e normalização das relações com o Clube de Paris.

Acordo da dívida será submetido ao CMN

BRASÍLIA — O voto preparado pela Diretoria da Dívida Externa do Banco Central para que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprove, em sua reunião de hoje, os termos do acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira com os credores privados inclui todas as minutas de contratos a serem assinados amanhã em Nova York. Com o título de "Plano Brasileiro de Financiamento — Fase IV", o voto destaca, em sua introdução, o período de "nove meses de prolongadas e complexas negociações" exigidas para o acordo com os bancos, que marca o final do ciclo da moratória declarada em 20 de fevereiro do ano passado. As características gerais do acordo descritas no voto encaminhado ao CMN têm como ponto principal o reescalonamento de US\$ 61 bilhões da dívida junto aos bancos privados, relativa ao período de primeiro de janeiro de 87 a 31 de dezembro de 1993.

Caberá ao CMN, ainda, aprovar formalmente a concessão do aval do Tesouro Nacional para os novos empréstimos de US\$ 5,2 bilhões contraidos pelo País, assim como revogar a Resolução 1.263, de 20 de fevereiro do ano passado, que regulamentou a moratória aos juros devidos aos credores privados.